

ANÁLISE DO NÍVEL DE OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE PELOS EMPRESÁRIOS DAS PEQUENAS EMPRESAS DO SETOR COMERCIAL DE UBERLÂNDIA

CAMILLA SOUENETA NASCIMENTO NGANGA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

FERNANDA FRANCO DE SÁ
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

LARA NÚBIA SILVESTRE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

LETÍCIA FERREIRA DE LIMA NAVES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

RESUMO

As pequenas empresas têm conquistado cada vez mais espaço na economia brasileira. A contabilidade, como ciência social aplicada, tem o papel de auxiliar tais empresas em suas necessidades informativas. Os princípios contábeis visam regular as ações dos gestores no âmbito dos sistemas de informações. Dentre esses princípios, o da entidade, que consiste na separação entre os patrimônios, tem como objetivo contribuir para essa função. Este trabalho tem como tema a análise do nível de observância desse princípio pelos empresários dos estabelecimentos comerciais de pequeno porte de Uberlândia, Minas Gerais. O objetivo do estudo é verificar se há aplicação do princípio nesse setor. A metodologia adotada consiste em pesquisa exploratória no que tange aos objetivos, e qualitativa por se tratar de um tema que demanda grande quantidade de informações. A coleta de dados foi obtida por meio de utilização do método survey. Foram aplicados quarenta questionários, estruturados em duas etapas: a primeira de identificação e a segunda de questões práticas. O resultado do estudo constatou que 68% não observam tal princípio em detrimento de uma minoria de 32% que observa.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade surgiu como ferramenta para análise da situação do patrimônio, transformando informações em dados para a tomada de decisão. Dessa forma, à medida que as empresas tornaram-se mais complexas, os patrimônios também evoluíram, exigindo assim um aprofundamento no estudo contábil.

Iudícibus (2007, p.44) enfatizou as características práticas e úteis que a Contabilidade deve conter:

A Contabilidade é uma ciência essencialmente utilitária, no sentido de que responde, por mecanismos próprios, estímulos informativos dos vários setores da economia. Portanto, entender a evolução das sociedades, em seus aspectos econômicos, dos usuários da informação contábil, em suas necessidades informativas, é a melhor forma de entender e definir os objetivos da Contabilidade.

Conforme Iudícibus; Martins; Gelbcke (2007, p.69) “Para entender a Contabilidade e como ela atua é preciso entender o pano de fundo de sua atuação, isto é, as entidades[...]” A

Contabilidade é mantida para as entidades o que significa que não é permitida a miscelagem financeira ou material entre o patrimônio pertencente ao sócio e o de sua empresa. Dessa forma o princípio da entidade tem a função de materializar tal objetivo.(IUDÍCIBUS, et al 1998).

Segundo Sá (2005, p. 23):

Os denominados princípios fundamentais de contabilidade são macrorregras para a política informativa patrimonial das aziendas ou entidades, baseados em doutrinas e teorias científicas, tendo por objetivos básicos uniformizar a terminologia, aproximar a imagem fiel do patrimônio e guiar as normas gerais reguladoras dos sistemas informativos.

Acompanhando a tendência de uniformização de mercados e a inserção das pequenas empresas a estes, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) dedicou-se a analisar os princípios contábeis internacionais e as adaptações que seriam úteis a realidade das pequenas empresas e que facilitassem sua aplicação. O International Accounting Standards Boards (IASB) entendendo a importância de tais princípios criou um projeto que visa unificar os princípios contábeis e facilitar sua aplicação pelas pequenas empresas, caso seja aprovado será transformado no Manual de Princípios Contábeis para essa categoria de empresas (Gazeta Mercantil/Relatório, 2007).

As pequenas empresas são aquelas que possuem um faturamento de R\$ 240.000,01 e R\$ 2,4 milhões anualmente (BRASIL, 2006 apud CANAL EXECUTIVO, 2007). Já para o Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro Empresas (SEBRAE), as pequenas empresas são definidas como as que empregam de 10 a 49 pessoas, em se tratando de comércio e serviços, e 20 a 99 pessoas, quando indústria ou empresas de construção. No Brasil, elas correspondem a 99,2% das empresas, porém sua participação no PIB ainda é pequena, apenas 20%. O sexo predominante entre os empresários é o masculino e a idade média para ambos os sexos é de 36 anos e 62% é casado. Geralmente, o grupo familiar é constituído de três pessoas e a renda mensal é de R\$ 4.376,31. Quanto à escolaridade, 44% tem curso médio, enquanto uma minoria de 37% possuem diploma de nível superior. Além disso, 57% não fizeram curso técnico em contabilidade ou gestão de negócios. Entretanto, o SEBRAE (2005) afirma que:

A procura por cursos de aperfeiçoamento contábil tem se tornado cada vez mais comum entre empresários das pequenas e médias empresas que visam obter por meio deste conhecimento suficiente para interpretar os relatórios contábeis e gerir seus negócios.

A maioria utiliza a chamada contabilidade terceirizada, principal motivo do desconhecimento da administração e da filosofia da empresa pelo terceirizado o que pode atrapalhá-la. Diante disso, cresce o número de pequenas empresas que fecham com menos de um ano de atividade. Nesse setor “os controles são mais relevantes em função de sua pouca flexibilidade em termo de produção, capacidade financeira, planejamento e principalmente da centralização decisória” (RODRIGUES, 2001, p. 07).

Portanto, a não utilização dos princípios contábeis, dentre eles o da entidade, acarreta uma não verificação concreta sobre os rendimentos da empresa, visto que há uma mistura constante entre a pessoa física e jurídica. Resta saber qual o nível de observância deste princípio pelos empresários das pequenas empresas? O objetivo geral do trabalho é verificar o nível de observância do princípio de Entidade pelos empresários das pequenas e médias empresas do setor comercial na cidade de Uberlândia.

A relevância desta pesquisa está em abordar um assunto pouco explorado, a análise da observância do princípio da entidade pelos pequenos empresários, cuja importância destes tem

crescido ao longo dos últimos anos na economia nacional, bem como no cenário contábil brasileiro. As atitudes que os empresários e administradores tomam no dia-a-dia da empresa, influenciam diretamente na continuidade das empresas, e, assim, é função do Contador orientá-los contribuindo para administração de seus negócios e esclarecendo as normas técnicas a serem seguidas.

Segundo Lacorte (2000, p.7):

As micro e pequenas empresas são excelentes oportunidades para os países promoverem sua estabilidade através de sua capacidade de gerar empregos, renda e movimentação da economia sem a qual haveria maiores problemas de desemprego e crescente aumento do setor informal.

Por ser um problema científico, a relação de causa e consequência será discutida por meio da aplicação de um questionário orientado. Com relação ao problema, a metodologia utilizada é qualitativa, devido ao fato da pesquisa exigir maiores quantidades de dados e informações. Quanto aos objetivos é exploratória, pois busca conhecer o assunto de modo a torná-lo mais claro e construir questões para a condução da pesquisa. Segundo Gil¹, a pesquisa exploratória proporciona uma visão geral sobre um fato. Com isso, este tipo de pesquisa ocorre quando o tema é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas. Já para Richardson² aumentar o conteúdo das informações sobre o assunto investigado; restringir o tema de pesquisa; fixar os objetivos e definir hipóteses; ou redirecionar o enfoque do tema são aspectos decisivos para escolha deste tipo de pesquisa. De acordo com os procedimentos técnicos, foi utilizado o método survey, levando-se em consideração os estabelecimentos comerciais de pequeno porte da cidade de Uberlândia.

A amostra é de cento e quarenta empresas. Durante a primeira quinzena do mês de dezembro de 2009 aplicou-se os questionários. Sua realização se deu a partir de três processos: seleção das pequenas empresas; aplicação dos questionários e análise dos dados obtidos para a construção das considerações finais. Os questionários contêm um total de 28 questões, sendo dez destinadas a identificação do perfil do empresário e dezoito a questões práticas.

O presente trabalho está apresentado em quatro seções, dispostas da seguinte forma: primeiramente a introdução, contextualizando o tema, definindo o objetivo geral da pesquisa, procedimentos metodológicos e a justificativa. Na segunda seção, apresenta-se uma revisão bibliográfica compreendida de definições dos conceitos utilizados como referenciais. Na seção seguinte, está a descrição dos resultados obtidos nos questionários. E, subsequente, as considerações finais.

2 ENTIDADE CONTÁBIL E PRINCÍPIO DA ENTIDADE

As entidades são como um patrimônio sob a ação administrativa do homem, que sobre ele age praticando atos de natureza econômica, seja esse patrimônio de propriedade pública ou privada, com finalidades sociais, econômico-sociais ou econômicas. (Franco 1997, p. 36)

Já Hendriksen e Breda (1999, p.104) afirmam que:

A entidade é uma unidade econômica que exerce controle sobre recursos, aceita responsabilidades por assumir e cumprir compromissos e conduz a atividade econômica. Essa entidade contábil pode ser um indivíduo, uma sociedade por quotas,

¹ GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

²

uma sociedade por ações ou um grupo consolidado envolvido em atividades com ou sem fins lucrativos.

No Brasil, existem alguns órgãos importantes na regulamentação da contabilidade, tais como: o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). O CFC define suas normas em princípios e são estes: o Princípio da Entidade, da Continuidade, da Oportunidade, do Registro pelo Valor Original, da Atualização Monetária, da Competência e da Prudência. A CVM, por meio da deliberação 29/86, estabelece a classificação das normas de forma hierarquizada, sendo separadas em convenções, que são objetivas e indicam a conduta adequada do profissional, sendo elas: a objetividade, a materialidade, a consistência e o conservadorismo. Os princípios delimitam o campo de atuação da contabilidade, definindo métodos a serem utilizados e servindo de suporte aos postulados, estes princípios são: o custo histórico como base de valor, denominador comum monetário, realização da receita e confrontação da despesa. Os postulados são os alicerces da Contabilidade, pois definem o ambiente econômico, social e político ao qual está inserida, são eles: a entidade e a continuidade.

Conforme Resolução nº. 750/93 do CFC, Art. 4º:

O Princípio da Entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

3 A IMPORTÂNCIA DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE

O princípio da entidade constitui o início do desenvolvimento do raciocínio contábil e pode ser considerado a base de sua estrutura (IUDÍCIBUS e MARION, 2002). Em sua essência, o princípio da entidade reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade e afirma que este deve conter autonomia patrimonial, ou seja, deve haver diferenciação entre os patrimônios existentes. Tal princípio, conforme separação do IBRACOM, aliado com o princípio da continuidade, se torna ainda mais importante, pois está condicionado às mutações patrimoniais que podem definir a permanência das entidades no mercado ou a sua dissolução.

Segundo Lopes (2005, p. 4):

Sem a diferenciação dos patrimônios, não existe a autonomia patrimonial inerente ao patrimônio das entidades, e fazer com que a empresa permaneça em funcionamento por tempo indeterminado torna-se uma tarefa ainda mais difícil para empresários e administradores.

Outro fator que dificulta a permanência das empresas no mercado (princípio da continuidade) é a influência do regime jurídico ao qual está submetida. Há dois regimes, o direito romano (*code law*), em que as normas são determinadas por um sistema legal, e o direito consuetudinário (*common law*), em que as normas são determinadas pelas tradições do local. Nos países cujo regime é o *code law*, há grande participação do governo no processo de fiscalização contábil. No Brasil, em que as cargas tributárias são altas e é predominante o *code law*, os contadores se valem de artifícios ilegais a fim de diminuir as obrigações fiscais ou esconder irregularidades tal como o desrespeito aos princípios contábeis.

A contabilidade criativa, que pode ser entendida como o “resultado das transformações das cifras contábeis de aquilo que realmente são para aquilo que aqueles que a elaboram

desejam que sejam, aproveitando-se das facilidades que as normas existentes proporcionam ou mesmo ignorando-as” (NASER, 1993, p.46) trata-se de um método utilizado pelos profissionais da classe para burlar a fiscalização e continuar a desprestigiar os princípios contábeis.

Essa prática por sua complexidade ocorre com maior frequência nas grandes empresas. Nos países anglo-saxônicos, ela é uma realidade econômica e escândalos, como o caso “Enron” e “Worcom”, contribuíram para tornar o problema público (MARQUES, 2003). Nas pequenas e médias empresas, pelo fato de possuírem contabilidade terceirizada, nem sempre há um acompanhamento contábil frequente, o contador possui funções mais burocráticas que de gestão, o que somado ao déficit em conhecimento tanto de técnicas quanto de princípios contábeis pelos empresários, contribui para que a contabilidade possua erros (RODRIGUES, 2004 p.6).

Essa falta de separação, conforme pesquisa do SEBRAE, gera conseqüências para a contabilidade tais como: não ter informações corretas sobre o saldo do caixa, valor dos estoques das mercadorias, valor das contas a pagar e valor das contas a receber, volume das despesas fixas ou financeiras, dentre outros, o que ocorre porque não fazem o registro adequado das transações realizadas; não saber quanto os sócios retiram de pró-labore, porque não estabelecem um valor fixo para a remuneração dos sócios; não saber corretamente o valor das despesas fixas da empresa porque não fazem a separação das despesas pessoais dos sócios em relação as da empresa. Diante disso, o que se observa é que o sucesso da tomada de decisão em uma empresa é diretamente proporcional à qualidade da contabilidade produzida e ao conhecimento de quem a interpreta (MARION, 2001).

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Foram aplicados cento e quarenta questionários em pequenas empresas da cidade de Uberlândia, Minas Gerais. Sua estrutura compreendia em duas etapas: a primeira de identificação na qual o entrevistado poderia optar por apenas uma resposta, e a segunda de questões práticas, em que deveria escolher todas as opções que abrangessem a realidade de sua empresa. O critério para a classificação foi o de que três respostas incorretas das situações práticas já caracterizavam a não observação do princípio. Para definir o perfil do empresário, foram questionadas a escolaridade, idade e estado civil, como o exposto na tabela 1. Na tabela 2 constam as características da empresa, tais como gerenciamento e tempo de existência. Quanto à relação com a contabilidade, foi questionado sobre especializações na área contábil ou administrativa e a fim de detectar o nível de conhecimento sobre o princípio da entidade, apresentado na tabela 3. Dentre os questionários, observou-se que 32% dos empresários entrevistados respeitam o princípio em suas sedes e 68% não respeita.

Tabela 1: Perfil do empresário

	Escolaridade		Idade		Estado civil	
	Até ensino médio	Ensino Superior	25 a 39	40 ou mais	Solteiro	Casado
Não observam o princípio	100% 95	0% 0	26% 25	74% 70	23% 22	77% 73
Observam o princípio	58% 26	42% 19	32% 14	68% 31	33% 15	67% 30

Fonte: Elaboração própria

Tabela 2: Características da pequena empresa

	Quem gerencia		Tempo da empresa		
	O próprio dono	Outros	Até 1 ano	2 a 5 anos	5 ou mais
Não observam o princípio	46% 44	54% 51	92% 87	8% 8	0% 0
Observam o princípio	52% 23	48% 22	16% 7	53% 24	34% 14

Fonte: Elaboração própria

Tabela 3: Conhecimento contábil

	Especialização na área contábil		Definição de princípio da entidade	
	Possui	Não possui	Correta	Incorreta
Não observam o princípio	24% 23	76% 72	46% 44	54% 51
Observam o princípio	91% 41	9% 4	67% 30	33% 15

Fonte: Elaboração própria

Conforme análise dos questionários observou-se que em Uberlândia em vários aspectos o empresário segue o padrão estabelecido em pesquisas sobre pequenos empresários, tais como o ser casado, administrar o próprio negócio e ter concluído os estudos apenas até o ensino médio. Porém, um aspecto divergente é o fato de o empresário uberlandense, em sua maioria, possuir idade superior a 40 anos, divergindo dos demais que, em média, estão na faixa etária de 31 a 36 anos. As empresas cujo tempo de mercado é mais curto, ou seja, um ano, constatou-se a maior incidência da não aplicação do princípio. O contrário também é verdadeiro: nas empresas que estão a mais de cinco anos no mercado os empresários revelaram 100% de observância nos questionários aplicados. 68% dos empresários que observam têm quarenta ou mais anos de idade e 91% destes fizeram curso de gestão ou especialização em contabilidade, sendo que 42% possuíam também graduação em curso superior.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado procurou analisar o nível de observância do princípio da entidade pelos empresários das pequenas empresas do setor comercial da cidade de Uberlândia. Sendo assim, os resultados mostraram que, de um total de cento e quarenta questionários aplicados, 32% dos empresários respeitam o princípio e 68% dos empresários entrevistados não respeitam o princípio da entidade. Esses dados demonstraram também que existe uma relação direta entre a observância do princípio da entidade e a duração de uma

empresa, visto que nas empresas nas quais ele não é aplicado, não houve duração maior que cinco anos.

Diante dos resultados, pode-se afirmar que os cursos na área contábil possuem grande abrangência em relação ao ensino, pois todos os empresários que o fizeram definiram corretamente o princípio da entidade, o que revela que esses cursos, além de noções gerenciais, possuem enfoque para a teoria contábil, fator extremamente relevante para a conscientização da importância da ciência contábil.

É fato dizer que não há muitas pesquisas acerca deste assunto e até mesmo na área contábil como um todo, o que caracterizou um dos grandes problemas durante a realização desse trabalho. Além disso, houve dificuldades na coleta de amostra devido à falta de colaboração de alguns empresários que se recusaram a responder os questionários. Dessa forma, esse trabalho é recomendado aos empresários a fim de conscientizá-los da importância do princípio da entidade bem como das noções em contabilidade para a gestão de seus negócios. Para futuras pesquisas, recomenda-se um estudo mais aprofundado acerca do assunto abordado, trabalhando com uma amostra maior de empresas e com setores diferentes da economia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Conselho Federal de Contabilidade**. Resolução n ° 750, de 29 de dezembro de 1993. Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1993/000750 . Acesso: 30/11/2009.

BRASIL. **Conselho Federal de Contabilidade**. Resolução n ° 774, de 16 de dezembro de 1994. Aprova o apêndice à resolução sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1994/000774 . Acesso em: 30/11/2009.

CANAL EXECUTIVO. **Estudo retrata o perfil do pequeno empresário**. Disponível em: http://www.administradores.com.br/noticias/estudo_retrata_pretil_do_pequeno_empresario/7836. Acesso em: 13/12/2009.

FRANCO, Hilário. **A evolução dos princípios contábeis no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral**. 23 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

GELBCKE, Ernesto Rubens; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HENDRIKSEN, Eldon S. BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade**. - Tradução da 5ª edição Americana. Tradutor SANVICENTE, Zoratto Antonio. São Paulo: Atlas, 1999.

INDRIUNAS, Luis. **Como funciona a terceirização de empresas**. Disponível em <http://empresasefinancas.hsw.uol.com.br/terceirizacao-empresas.htm>. Acesso em: 14/01/2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Contabilidade introdutória: equipe de professoras da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2006

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **A maquiagem das demonstrações contábeis com a contabilidade criativa**. Disponível em [http://www.icbrasil.com.br/doutrina/ver.asp?art_id=839&categoria= Contabilidade Geral](http://www.icbrasil.com.br/doutrina/ver.asp?art_id=839&categoria=Contabilidade%20Geral) > Acesso em: 14/12/2009.

LACORTE, Edson. **A microempresa e a empresa de pequeno porte no Direito brasileiro**. Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/artigos/edson.pdf> . Acesso em 20/01/2010.

LANA, Márcio. **As razões da mortalidade das pequenas empresas**. Jornal Gazeta Mercantil, São Paulo, 18/02/2000.

LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2005.

MARION, José Carlos. **Preparando-se para a profissão do futuro**. Disponível em http://www.classecontabil.com.br/servlet_art.php?id=143. Acesso em: 28/12/2009.

_____. **Qual o futuro da contabilidade na nova economia?** Disponível em http://www.classecontabil.com.br/print_art.php?id=270. Acesso em 03/01/2010.

MARQUES, Marcio Macedo. **A contabilidade criativa e a gestão de resultados**. Disponível em: <http://www.ordemeconomistas.pt/files/concursos/CTE/3CTE-contabilidade.PDF>. Acesso em: 14/01/2010.

NASER, K. **Creative Financial Accounting: its nature and use**. London: Prentice-Hall, 1993.

OLIVEIRA, Leticia Lopes. **Os fatores que determinam a não aplicação do princípio da entidade pelos empresários do ramo de autopeças da cidade de Montes Claros (MG)**. Disponível em: <http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos62006/40.pdf>. Acesso em: 29/11/2009.

RICHARDSON, Roberto. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODIL, Ricardo Júlio. **Rumo aos princípios contábeis internacionais**. Jornal Gazeta Mercantil, São Paulo, 20/12/2007.

RODRIGUES, Alice de Fátima. **O Relacionamento do ciclo de vida com a transição da contabilidade terceirizada para a contabilidade própria de gestão em pequenas empresas**. Disponível em: <http://www.teses.esp.ufsc/tesesdissertações> . Acesso em: 28/11/2009.

SÁ, Antônio Lopes de; SÁ, Ana Maria Lopes de. **Dicionário de Contabilidade**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SELVA, Carlos Roberto Gonçalves. **A utilidade dos relatórios contábeis como meio de informação no processo de tomada de decisão**. Disponível em: <http://www.contabeis.com.br/artigos.asp?op=ler&id=83> . Acesso em: 28/11/2009.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Quais os erros mais comuns na gestão financeira?** Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/principal/melhorando%20seu%20negócio/orientações/finanças/principal/erroscomuns.aspx> . Acesso em: 29/11/2009.

APÊNDICE

Questionário

Objetivo: Através da coleta de dados, verificar procedimentos adotados pelas pequenas e médias empresas.

Instruções: Não é necessário identificação

Preencha todo o questionário a caneta

Na seção de identificação, assinale com um X, apenas uma das opções.

Na seção das questões práticas, assinale com um X as alternativas que correspondam a situações cotidianas da empresa.

Identificação

Atividade:

Padarias Mercenarias Papelarias Outros

Participantes da Sociedade:

Apenas 1 sócio 2 sócios com mesma participação 2 sócios com participações diferentes Mais de 2 sócios

Quem Gerencia a Empresa:

O próprio dono Os dois sócios Possui um funcionário contratado para esta tarefa específica Algum outro membro da família

Idade dos Sócios

25 a 30 anos 31 a 35 anos 36 a 40 anos Acima de 40 anos

Estado Civil:

Solteiro Casado Ambos solteiros Apenas um solteiro

Tempo da Empresa:

Até 1 ano de 2 a 5 anos de 6 a 10 anos Mais de 10 anos

Escolaridade:

Ensino fundamental Ensino Médio Ensino Superior completo.

Foi feito algum curso de especialização empresarial antes da abertura da empresa:

Sim Não

Após a abertura foi feito algum curso de especialização ou atualização:

Sim Não

Conforme seus conhecimentos, marque a alternativa que corresponda à definição do **princípio da entidade**?

- A unificação entre residência e empresa, formando uma só entidade.
- Determina que os patrimônios da empresa devam ser divididos pelo número de sócios no fechamento do balanço patrimonial.
- Deve-se haver uma separação entre o patrimônio da empresa com o dos sócios.
- É um regulamento que determina o valor dos tributos para as entidades.

Questões Práticas

- Os cheques da empresa são utilizados somente para pagamento de contas da própria empresa, no caso desta possuir conta corrente.
- Algumas contas dos sócios podem ser pagas com cheques da empresa.
- Na falta de dinheiro no caixa, os sócios fazem vales para os funcionários com dinheiro próprio.
- Os vales dos funcionários são feitos com dinheiro do caixa, e na falta deste, deve-se aguardar novo recebimento para a disposição de vales.
- Considerando que a empresa e a residência do sócio estão no mesmo local, tem-se, portanto, uma só conta de água e energia.
- Há uma clara e distinta separação entre despesas da empresa e da residência dos sócios, mesmo quando possuem mesma sede.
- Há disponível na empresa um fundo fixo de caixa (dinheiro para pagamento de despesas emergenciais) e à medida que o valor diminui, ele é devidamente repostado e contabilizado.
- Sempre que necessário, as despesas de última hora são pagas com dinheiro dos sócios.
- Os sócios pegam adiantamentos na empresa para serem pagos dentre alguns dias, mas estes não são contabilizados.
- Quando os sócios retiram algum valor em dinheiro da empresa, estes são lançados na contabilidade.
- As despesas de aluguel são pagas com dinheiro dos sócios.
- O aluguel da sede da empresa é contabilizado com despesas de aluguel e é pago com dinheiro da empresa.
- O IPVA (no caso da empresa possuir veículos) e IPTU são pagos com valor disponível que a empresa possui.
- O IPTU é pago com dinheiro da empresa, mas o IPVA é pago pelo sócio que utiliza o carro da empresa.
- Não há divisão entre o que pertence à empresa e o que pertence ao dono.
- Itens pessoais dos sócios são comprados no nome da empresa, já que não há distinta separação entre o que é da empresa e o que pertença ao sócio.
- Os sócios sempre apresentam notas fiscais emitidas em nome da empresa e solicitam reembolso, mesmo quando as notas são originadas de gastos pessoais.
- Almoços promocionais e gastos com brindes podem ser lançados como despesas da empresa.

Fonte: elaboração própria